TRANSPORTADORA BRASIL CENTRAL -TBC

CNPJ: 02.726.560/0001-53

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis encerradas em

31 de dezembro de 2025 e 2024

TRANSPORTADORA BRASIL CENTRAL - TBC

Demonstrações contábeis encerradas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

MOORE ALIANZO AUDITORIA S/S LTDA
Rua 132, 347, Setor Sul, CEP: 74.093-210
Fone: (62) 3089-0363

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores e quotistas da
Transportadora Brasil Central - TBC
Rio Verde – Goiás

Opinião:

Examinamos as demonstrações contábeis da Transportadora Brasil Central ('Empresa' ou 'TBC'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Brasil Central em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Continuidade:

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis, na qual a administração descreve que a Empresa tem apresentado prejuízos recorrentes e necessidade de captação de recursos no curto prazo para a manutenção de suas atividades. A continuidade operacional da Empresa está condicionada ao êxito na implementação do plano de ação elaborado pela administração. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se

concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as deficiências significativas eventualmente identificadas nos controles internos durante nossos trabalhos.

Goiânia-GO, 18 de junho de 2026.

MOORE ALIANZO AUDITORIA S/S LTDA

CRC 1 GO 02371/O-2

RODRIGO COSTA SILVA:91366992172

Assinado de forma digital por RODRIGO COSTA SILVA:91366992172

Rodrigo Costa Silva

Contador CRC 1 GO 016905/O-4

Transportadora Brasil Central Ltda

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

Ativo

	Nota explicativa	2025	2024 (reapresentado)	01/01/2023 (apresentado)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.383.711	2.107.984	1.614.397
Contas a receber	7	60.851.591	66.543.408	78.068.316
Estoques	8	1.498.070	1.716.455	2.064.246
Tributos e contribuições a recuperar	9	13.051.270	11.213.637	8.881.065
Outros ativos circulantes	10	6.618.074	12.506.146	6.819.338
		83.402.716	**94.087.631**	**97.447.362**
Não circulante				
Investimentos		465.572	436.024	212.594
Imobilizado	11	236.484.342	329.980.884	298.677.663
Intangível	11	28.731	122.265	293.272
		236.978.645	**330.539.173**	**299.183.530**
Total do ativo		**320.381.361**	**424.626.804**	**396.630.892**

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	2025	2024 (reapresentado)	01/01/2023 (apresentado)
Circulante				
Fornecedores	12	13.703.261	11.946.945	22.191.409
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	13	8.568.019	8.565.071	12.815.229
Empréstimos e financiamentos	14	64.962.922	92.140.381	43.201.550
Partes relacionadas	15	338.987	939.587	7.070.000
Outros passivos circulantes	16	9.736.559	14.023.258	5.852.050
		97.309.748	**127.615.241**	**91.130.238**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	14	116.635.053	160.753.157	161.585.206
Outros passivos não circulantes	16	0	0	0
Provisões para riscos processuais	17	14.388.633	10.011.484	5.505.400
Tributos diferido	26	623.052	623.537	624.671
		131.646.738	**171.388.177**	**167.715.276**
Patrimônio Líquido				
Capital social	18	40.293.872	40.293.872	40.293.872
Reservas de Incentivos Fiscais		79.367.279	79.367.279	79.369.480
(Prejuízo Acumulado) / Reservas de Lucros	18	(28.236.275)	5.962.235	18.122.025
		91.424.876	**125.623.386**	**137.785.377**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**320.381.361**	**424.626.804**	**396.630.892**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LOURIVAN PARREIRA FRANCA:31170072100

Assinado de forma digital por LOURIVAN PARREIRA FRANCA:31170072100
Dados: 2026.06.19 14:06:34 -03'00'

LOURIVAN PARREIRA FRANÇA
Sócio Administrador
CPF: 311.700.721-00
CRA: 10658/GO

INES SAMARA LEITE DE OLIVEIRA:03163064108

Assinado de forma digital por INES SAMARA LEITE DE OLIVEIRA:03163064108
Dados: 2026.06.19 08:02:26 -03'00'

INES SAMARA LEITE DE OLIVEIRA
CPF:031.630.641-08
CRC/GO:027538/O-1

Transportadora Brasil Central Ltda

Demonstrações dos resultados
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	Nota explicativa	2025	2024 (reapresentado)
(=) Receita Líquida	18	**850.473.532**	**706.573.524**
(-) Custos dos Serviços Prestados	19	(761.829.636)	(641.855.886)
(=) Lucro Bruto		**88.643.897**	**64.717.638**
(+/-) Despesas/receitas Operacionais			
Gerais e administrativas	20	(55.979.358)	(50.275.320)
Despesas com vendas	21	(13.175.061)	(17.047.532)
Despesas com depreciação e amortização	22	(15.289.734)	(14.480.054)
Outras despesas e receitas operacionais	23	3.491.736	24.669.572
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**7.691.480**	**7.584.305**
Receitas financeiras	24	2.534.171	6.896.413
Despesas financeiras	24	(36.246.609)	(26.643.842)
(=) Resultado financeiro líquido		**(33.712.438)**	**(19.747.430)**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**(26.020.957)**	**(12.163.125)**
(-) Provisão tributos federais		485	1.134
(=) Lucro/Prejuízo do Exercício		**(26.020.473)**	**(12.161.991)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LOURIVAN PARREIRA FRANCA:31170072100

Assinado de forma digital por LOURIVAN PARREIRA FRANCA:31170072100
Dados: 2026.06.19 14:08:46 -03'00'

LOURIVAN PARREIRA FRANÇA
Sócio Administrador
CPF: 311.700.721-00
CRA: 10658/GO

INES SAMARA LEITE DE OLIVEIRA:03163064108

Assinado de forma digital por INES SAMARA LEITE DE OLIVEIRA:03163064108
Dados: 2026.06.19 08:02:50 -03'00'

INES SAMARA LEITE DE OLIVEIRA
CPF:031.630.641-08
CRC/GO:027538/O-1

Transportadora Brasil Central Ltda

Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	2025	2024 (reapresentado)
Lucro do Exercício	(26.020.473)	(12.161.991)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(26.020.473)**	**(12.161.991)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LOURIVAN PARREIRA FRANCA:31170072100
Assinado de forma digital por LOURIVAN PARREIRA FRANCA:31170072100
Dados: 2026.06.19 14:09:26 -03'00'

LOURIVAN PARREIRA FRANÇA
Sócio Administrador
CPF: 311.700.721-00
CRA: 10658/GO

INES SAMARA LEITE DE OLIVEIRA:03163064108
Assinado de forma digital por INES SAMARA LEITE DE OLIVEIRA:03163064108
Dados: 2026.06.19 08:03:08 -03'00'

INES SAMARA LEITE DE OLIVEIRA
CPF:031.630.641-08
CRC/GO:027538/O-1

Transportadora Brasil Central Ltda

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos Acumulados	Reservas de Lucros	Reservas para Incentivos Fiscais	Avaliação Patrimonial	Resultado do Período	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**40.293.872**	**(0)**	**18.124.226**	**79.367.279**	**(0)**	**(0)**	**137.785.377**
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	(12.161.991)	(12.161.991)
Absorção do resultado do exercício		-	-		-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)		**40.293.872**	**(0)**	**18.124.226**	**79.367.279**	**(0)**	**(12.161.992)**	**125.623.386**
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	(26.020.473)	(26.020.473)
Absorção do resultado do exercício de 2024			-	-			-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	18.c	-	(8.178.037)	-	-	-	-	(8.178.037)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	18	**40.293.872**	**(8.178.037)**	**18.124.226**	**79.367.279**	**(0)**	**(38.182.464)**	**91.424.876**

As notas explicativas da Adminsitração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LOURIVAN PARREIRA FRANCA:31170072100

Assinado de forma digital por LOURIVAN PARREIRA FRANCA:31170072100
Dados: 2026.06.19 14:10:58 -03'00'

LOURIVAN PARREIRA FRANÇA
Sócio Administrador
CPF: 311.700.721-00
CRA: 10658/GO

INES SAMARA LEITE DE OLIVEIRA:03163064108

Assinado de forma digital por INES SAMARA LEITE DE OLIVEIRA:03163064108
Dados: 2026.06.19 08:03:52 -03'00'

INES SAMARA LEITE DE OLIVEIRA
CPF:031.630.641-08
CRC/GO:027538/O-1

Transportadora Brasil Central Ltda

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	2025	2024 (reapresentado)
Lucro do Exercício	(26.020.473)	(12.161.991)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	20.693.943	19.980.886
Provisão Contingências	4.377.149	4.506.084
	(949.381)	**12.324.979**
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
(Aumento)/diminuição no contas a receber	5.691.817	11.524.908
(Aumento)/ diminuição nos tributos e contribuições a recuperar	(1.837.632)	(2.332.572)
(Aumento)/ diminuição nos estoques	218.385	347.792
(Aumento)/ diminuição nos demais ativos circulantes	5.888.073	(5.686.809)
Aumento/(diminuição) em fornecedores	1.756.316	(10.244.465)
Aumento/(diminuição) em obrigações trabalhistas e tributárias	2.948	(4.250.158)
Aumento/(diminuição) em outras contas a pagar	(4.286.699)	8.171.208
Aumento/(diminuição) em impostos diferidos	(485)	(1.134)
Aumento/(diminuição) em outros passivos não circulantes	-	-
Caixa líquido das atividades operacionais	**6.483.342**	**9.853.748**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição/venda de imobilizado	72.802.599	(51.284.107)
Aquisição/venda de intangível	93.534	171.007
Aquisição de investimento	(29.548)	(223.430)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**72.866.585**	**(51.336.530)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos/Aquisição de empréstimos e financiamentos	(71.295.563)	48.106.782
Partes relacionadas	(600.600)	(6.130.413)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(8.178.037)	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(80.074.200)**	**41.976.369**
Aumento/(redução) líquido de caixa	**(724.273)**	**493.588**
Caixa no início do período	2.107.984	1.614.397
Caixa no final do período	1.383.711	2.107.984
Aumento/(redução) líquido de caixa	**(724.273)**	**493.587**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LOURIVAN PARREIRA FRANCA:31170072100
Assinado de forma digital por LOURIVAN PARREIRA FRANCA:31170072100
Dados: 2026.06.19 14:11:15 -03'00'

LOURIVAN PARREIRA FRANÇA
Sócio Administrador
CPF: 311.700.721-00
CRA: 10658/GO

INES SAMARA LEITE DE OLIVEIRA:03163064108
Assinado de forma digital por INES SAMARA LEITE DE OLIVEIRA:03163064108
Dados: 2026.06.19 08:04:07 -03'00'

INES SAMARA LEITE DE OLIVEIRA
CPF:031.630.641-08
CRC/GO:027538/O-1

1. Informações gerais

A Transportadora Brasil Central Ltda, é uma empresa privada, com finalidade de lucros, e tem como objetivo a exploração da prestação dos serviços de transporte rodoviário de cargas e transporte rodoviário de grãos. A empresa foi constituída em 12 de fevereiro de 1980, na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás, Brasil, com prazo de duração indeterminado. A Transportadora Brasil Central (TBC) tem, atualmente, mais de 60 unidades espalhadas por 18 estados: Goiás, Bahia, Maranhão, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Tocantins, Rio Grande do Sul, Pará, Alagoas, Pernambuco, Rondônia, Distrito Federal e Sergipe.

1.1 Continuidade Operacional

A Companhia apurou prejuízo líquido de R$ 26.020.473 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (2024 — prejuízo de R$ 12.161.991), acumulando prejuízos que reduziram o patrimônio líquido para R$ 91.424.876 (2024 — R$ 125.623.386). Em 31 de dezembro de 2025, o passivo circulante da Companhia supera o ativo circulante em R$ 13.907.032, o endividamento financeiro líquido corresponde a 6,34 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses, e a cobertura de juros (EBIT/Desp. Financeiras) foi de 0,21 vezes.
Esses eventos e condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, conforme requerido pela NBC TG 26 (R5) e pela NBC TA 570.
Em resposta a essas condições, a Administração elaborou e está executando um plano de ação com as seguintes iniciativas principais:

(a) Reestruturação da malha operacional: encerramento de filiais com resultado abaixo do ponto de equilíbrio (Bom Jesus/PI, Mineiros/GO e São Luís/MA) e devolução da garagem de Itumbiara/GO, gerando redução estimada de R$ 2,1 milhões/ano nos custos fixos;

(b) Nova política de precificação mínima: implementação de piso de margem bruta de 5% nas operações do Centro-Oeste e 7% nas demais regiões, com descontinuação sistemática de contratos abaixo dos limites;

(c) Diversificação de operações: expansão de contratos dedicados em Amparo/SP e Santos/SP, com margem média de 18%, e ingresso no transporte de açúcar, segmento com menor sazonalidade;

(d) Monetização de ativos: venda planejada de 100 unidades da frota (37 já realizadas no 1º trimestre de 2026, totalizando R$ 25.385.000), com receitas estimadas de R$ 57 milhões para reforço de liquidez e redução do serviço da dívida;

(e) Projeção de fluxo de caixa: para os próximos 12 meses (2026), a Administração projeta receita líquida de R$ 934 milhões (crescimento de 9,82% s/ 2025), EBITDA de R$ 47,5 milhões (margem de 5,0%), serviço da dívida de R$ 42 milhões e investimentos de manutenção de R$ 12 milhões, resultando em caixa livre estimado de R$ 50,5 milhões.

Com base no progresso das iniciativas acima — especialmente a execução parcial do plano de desmobilização (40 unidades já alienadas) e a reestruturação da malha de filiais —, a Administração acredita que a Companhia possui os recursos necessários para honrar suas obrigações nos próximos 12 meses e para manter a continuidade de suas operações.

Todavia, a realização das projeções está sujeita a incertezas, e os resultados efetivos

poderão divergir dos estimados. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à recuperabilidade e à classificação dos ativos registrados, ou ao montante e à classificação dos passivos, que poderiam ser necessários caso a Companhia não pudesse continuar em funcionamento.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovadas pelo CFC Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis atendem também as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 18 de junho de 2026.

2.1 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas *IFRS* e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis da Empresa foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Empresa.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como critério de mensuração, exceto para determinados instrumentos financeiros, quando aplicável, que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado ou por outros critérios requeridos pelas normas contábeis vigentes.

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. A Administração

revisa tais estimativas de forma contínua, tomando por base a experiência histórica e outros fatores considerados relevantes.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Empresa adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6);
- Provisão para contingências (nota explicativa nº 16);
- Estimativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos (nota explicativa nº 25).

No entendimento da administração da Empresa, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

2.3 Moeda funcional

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis da Empresa, são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Categorias

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Empresa são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6).

Os passivos financeiros mantidos pela Empresa são classificados sob as seguintes categorias:

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, no caso da Empresa, compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros (nota explicativa nº 11).

2.5.2 Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como "Disponíveis para venda", quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes", no

resultado abrangente e no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

2.5.3 Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, e/ou, quando transferir os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Empresa.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Empresa), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment)*. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment,* se necessária.

2.6.1 Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD

A TBC, reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A TBC, mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. A TBC, utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “ad hoc”. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente pelo financeiro da empresa. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a TBC, não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

2.7 Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando efetuado o seu consumo, com combustíveis e peças para a manutenção utilizados

na operação da empresa.

2.8 Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.9 Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "*impairment*", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Empresa, originados de operações de arrendamento mercantil, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos
Máquinas e equipamentos	5 a 12
Veículos	2 a 7
Móveis e utensílios	2 a 12
Equipamentos de informática	5 a 12

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.10 Capitalização de juros

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.11 Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Empresa. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 16.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Empresa atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma

autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.16 Benefícios a funcionários

(a) Benefícios de demissão

A Empresa não tem planos de benefícios de demissão para empregados que gerem quaisquer obrigações pós-emprego.

2.17 Capital social

As quotas são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Empresa que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo "Outras obrigações", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no contrato social da Sociedade; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às Demonstrações Contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

2.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Empresa.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

(a) Prestação de serviço transportadora

A Empresa presta serviços de transportes de cargas a granel.

As prestações de serviço são reconhecidas sempre que a Empresa efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos transportados, momento em que os riscos significativos e benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.20 Controle Interno

A Administração da Transportadora Brasil Central identificou a necessidade de aprimorar os controles internos e a forma de apresentação dos saldos relacionados ao ativo imobilizado, incluindo bens da frota e equipamentos. Esse trabalho encontra-se em fase de implementação e contempla a revisão de procedimentos de controle patrimonial, conciliações, documentação suporte e identificação física.

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a expectativa da administração da Empresa é de que eventuais ajustes decorrentes desse trabalho, caso identificados, estejam substancialmente relacionados à forma de apresentação, conciliação e adequada classificação dos saldos contábeis, não sendo esperados impactos materiais nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

Considerando que as análises relacionadas a esse trabalho ainda se encontram em andamento e que eventuais alterações, caso haja, se restringem à forma de apresentação e que não há impactos materiais nas demonstrações contábeis.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração da Empresa.

A gestão de riscos é realizada pela alta administração da Empresa, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Empresa.

3.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Empresa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Empresa, segundo as políticas aprovadas pelos quotistas. A alta administração da Empresa identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

A Empresa está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente as mudanças nas taxas de juros.

(b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Empresa decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Empresa ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Empresa está atrelada a taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes como clientes públicos.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.
Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Empresa.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Empresa, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente

do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Empresa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	31 de dezembro de 2024		
	Menos de um ano	**Acima de um ano**	**Valor justo**
Empréstimos e financiamentos	92.140.381	160.753.156	252.893.537
Fornecedores	11.946.945	-	11.946.945
	104.087.325	**160.753.156**	**264.840.481**

	31 de dezembro de 2025		
	Menos de um ano	**Acima de um ano**	**Valor justo**
Empréstimos e financiamentos	64.962.922	116.635.053	181.597.975
Fornecedores	13.703.261	-	13.703.261
	78.666.183	**116.635.053**	**195.301.236**

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na nota explicativa nº 13.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

3.3 Gestão de Capital

A política da Companhia é manter uma estrutura de capital adequada ao seu porte e à natureza de suas operações, de forma a assegurar a continuidade dos negócios, preservar a capacidade de obtenção de financiamentos e maximizar o retorno aos seus sócios.
A Administração monitora periodicamente sua estrutura de capital por meio da análise dos níveis de endividamento, da geração operacional de caixa e da capacidade de cumprimento das obrigações financeiras assumidas.
A Companhia administra sua estrutura de capital considerando a relação entre dívida líquida e patrimônio líquido, bem como a evolução de seus resultados operacionais e fluxos de caixa, buscando manter níveis compatíveis com as necessidades de investimento e capital de giro de suas operações.
Não houve alterações significativas na política de gestão de capital durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

4 Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para Demonstrações Contábeis estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Empresa reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas Demonstrações Contábeis e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Empresa revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Provisões para riscos processuais

A Empresa é parte em diversos processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas Demonstrações Contábeis.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pelo IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração da Empresa com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

5 Reapresentação dos valores correspondentes

Durante o exercício de 2025, a Companhia revisou os critérios de depreciação de determinados ativos do imobilizado, especialmente da frota de veículos (cavalos mecânicos, carretas e demais equipamentos de transporte), identificando que o valor residual adotado em 31 de dezembro de 2024 não estava alinhado à política contábil vigente, que estabelece valor residual correspondente a 50% do valor de aquisição dos veículos. Adicionalmente, foram revisados os cálculos de depreciação e amortização dos grupos de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, computadores e periféricos e softwares. Em decorrência dessa revisão, foram efetuados ajustes retrospectivos nos saldos do ativo imobilizado, da depreciação acumulada e das despesas de depreciação, com reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido, em conformidade com a NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e com a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.
A Administração avaliou os efeitos tributários decorrentes dos ajustes realizados e concluiu que não houve necessidade de reconhecimento de tributos diferidos, uma vez que os ajustes efetuados não geraram diferenças temporárias relevantes entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos da Companhia.
Os efeitos da reapresentação nas demonstrações contábeis comparativas estão demonstrados nos quadros a seguir.

I. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO — IMPACTO NO EXERCÍCIO DE 2024

	2024 Reapresentado	Ajustes	2024 Publicado
(=) Receita Líquida	**706.573.524**	**-**	**706.573.524**
(-) Custos dos Serviços Prestados	(641.855.886)	**-** **0**	(641.855.886)
(=) Lucro Bruto	**64.717.638**	**0**	**64.717.638**
(+/-) Despesas/receitas Operacionais			
Gerais e administrativas	(50.275.320)	**-**	(50.275.320)
Despesas com vendas	(17.047.532)	**-**	(17.047.532)
Despesas com depreciação e amortização	(14.480.054)	**10.439.505**	(24.919.559)
Outras despesas e receitas operacionais	24.669.572	**(1.846.351)**	26.515.923
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	**7.584.305**	**8.593.155**	**(1.008.850)**
Receitas financeiras	6.896.413	**-**	6.896.413
Despesas financeiras	(26.643.842)	**-**	(26.643.842)
(=) Resultado financeiro líquido	**(19.747.430)**	**-**	**(19.747.430)**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(12.163.125)**	**-** **8.593.155**	**(20.756.280)**
(-) Provisão tributos federais	1.134	**-**	1.134
(=) Lucro/Prejuízo do Exercício	**(12.161.991)**	**8.593.155**	**(20.755.146)**

II. BALANÇO PATRIMONIAL — IMPACTO EM 31/12/2024

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024
(Em Reais)

Ativo

	2024 (reapresentado)	Ajuste	2024 (apresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.107.984	-	2.107.984
Contas a receber	66.543.408	-	66.543.408
Estoques	1.716.455	-	1.716.455
Tributos e contribuições a recuperar	11.213.637	-	11.213.637
Outros ativos circulantes	12.506.146	-	12.506.146
	94.087.631	-	**94.087.631**
Não circulante			
Investimentos	436.024	-	436.024
Imobilizado	329.980.884	(8.657.724)	321.323.160
Intangível	122.265	64.570	186.835
	330.539.173	**(8.593.154)**	**321.946.019**
Total do ativo	**424.626.804**	**(8.593.154)**	**416.033.650**

Passivo e patrimônio líquido

	2024 (reapresentado)	Ajuste	2024 (apresentado)
Circulante			
Fornecedores	11.946.945	-	11.946.945
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	8.565.071	-	8.565.071
Empréstimos e financiamentos	92.140.381	-	92.140.381
Partes relacionadas	939.587	-	939.587
Outros passivos circulantes	14.023.258	-	14.023.258
	127.615.241	-	**127.615.241**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	160.753.157	-	160.753.157
Outros passivos não circulantes	0	-	0
Provisões para riscos processuais	10.011.484	-	10.011.484
Tributos diferido	623.537	-	623.537
	171.388.177	-	**171.388.177**
Patrimônio Líquido			
Capital social	40.293.872	-	40.293.872
Reservas de Incentivos Fiscais	79.367.279	-	79.367.279
(Prejuízo Acumulado) / Reservas de Lucros	5.962.235	(8.593.154)	(2.630.920)
	125.623.386	**(8.593.154)**	**117.030.232**
		-	
Total do passivo e do patrimônio líquido	**424.626.804**	**(8.593.154)**	**416.033.650**

III. DRA — IMPACTO EM 2024

Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2024
(Em Reais)

	2024 (reapresentado)	Ajuste	2024 (apresentado)
Lucro do Exercício	(12.161.991)	(8.593.155)	(20.755.146)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(12.161.991)**	**(8.593.155)**	**(20.755.146)**

IV. FLUXO DE CAIXA — IMPACTO EM 2024

Os ajustes nos itens não caixa (depreciação) e nas atividades de investimento (reconhecimento de imobilizado) foram reapresentados conforme quadro constante das demonstrações dos fluxos de caixa. Tais ajustes são de natureza não caixa e, portanto, não alteram o saldo de caixa reportado.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2024
(Em Reais)

	2024 (reapresentado)	Ajuste	2024 (apresentado)
Lucro do Exercício	(12.161.991)	(8.593.155)	(20.755.146)
		-	
Itens que não afetam o caixa operacional		-	
Depreciação e amortização	19.980.886	(7.281.053)	12.699.833
Provisão Contingências	4.506.084	-	4.506.084
	12.324.979	**(15.874.208)**	**(3.549.229)**
		-	
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		-	
(Aumento)/diminuição no contas a receber	11.524.908	-	11.524.908
(Aumento)/ diminuição nos tributos e contribuições a recuperar	(2.332.572)	-	(2.332.572)
(Aumento)/ diminuição nos estoques	347.792	-	347.792
(Aumento)/ diminuição nos demais ativos circulantes	(5.686.809)	-	(5.686.809)
Aumento/(diminuição) em fornecedores	(10.244.465)	-	(10.244.465)
Aumento/(diminuição) em obrigações trabalhistas e tributárias	(4.250.158)	-	(4.250.158)

Aumento/(diminuição) em outras contas a pagar	8.171.208	-	8.171.208
Aumento/(diminuição) em impostos diferidos	(1.134)	-	(1.134)
Aumento/(diminuição) em outros passivos não circulantes	-	-	-
Caixa líquido das atividades operacionais	**9.853.748**	**(15.874.208)**	**(6.020.459)**
		-	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		-	
Aquisição/venda de imobilizado	(51.284.107)	15.938.777	(35.345.330)
Aquisição/venda de intangível	171.007	(64.570)	106.437
Aquisição de investimento	(223.430)	-	(223.430)
Distribuição de Lucros	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(51.336.530)**	**15.874.207**	**(35.462.323)**
		-	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		-	
Pagamentos/Aquisição de empréstimos e financiamentos	48.106.782	-	48.106.782
Partes relacionadas	(6.130.413)	-	(6.130.413)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**41.976.369**	-	**41.976.369**
		-	
		-	
Aumento/(redução) líquido de caixa	**493.587**		**493.587**
		-	
Caixa no início do período	1.614.397	-	1.614.397
Caixa no final do período	2.107.984	-	2.107.984
		-	
Aumento/(redução) líquido de caixa	**493.587**	-	**493.587**

V. DMPL — IMPACTO EM 31/12/2024

O saldo do patrimônio líquido em 31/12/2024 foi reapresentado de R$ 117.030,232 para R$ 125.623.386, refletindo na redução do prejuízo do exercício no montante de R$ 8.593.155, conforme demonstrado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Transportadora Brasil Central Ltda

Demonstrações das mutações do patrimônio social
Em 31 de dezembro de 2024
(Em Reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Reservas de Lucros	Reservas para Incentivos Fiscais	Avaliação Patrimonial	Resultado do Período	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**40.293.872**	**(0)**	**18.124.226**	**79.367.279**	**(0)**	**(0)**	**137.785.377**
Resultado do Exercício	-	-		-	-	(20.755.146)	(20.755.146)
Absorção do resultado do exercício	-			-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**40.293.872**	**(0)**	**18.124.226**	**79.367.279**	**(0)**	**(20.755.146)**	**117.030.232**
Resultado do Exercício	-	-		-	-	(12.161.991)	(12.161.991)
Absorção do resultado do exercício	-			-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	**40.293.872**	**(0)**	**18.124.226**	**79.367.279**	**(0)**	**(12.161.991)**	**125.623.386**

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa	0	0
Banco conta movimento	1.237.145	2.106.301
Aplicações financeiras	146.567	1.682
	1.383.711	**2.107.983**

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

7 Contas a receber

	2025	2024
Contas a receber de clientes	62.788.157	67.617.702
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(1.936.566)	(1.074.294)
	60.851.591	**66.543.408**

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2025	2024
A vencer	55.064.004	62.015.890
Vencidos:		
Até 30 dias	3.201.085	2.505.491
De 31 a 60 dias	1.621.624	646.065
De 61 a 90 dias	405.535	819.744
De 91 a 180 dias	373.306	371.890
Há mais de 180 dias	482.321	1.201.217
Há mais de 360 dias	1.640.282	57.405
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(1.936.566)	(1.074.294)
	60.851.591	66.543.408

Conforme mencionado na nota explicativa 2.7.1, a empresa utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais. A empresa utiliza sua experiência de perdas de crédito histórica para estimar as perdas de crédito esperadas no ativo financeiro conforme pertinente. A matriz de provisão, utilizada pela empresa, especifica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que a contas a receber está vencida e é ajustada para clientes específicos

de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pelo Comitê de crédito e cobrança.

Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:

	2025	2024
Saldo inicial	1.074.294	210.824
Adições	862.271	985.545
Variação cambial	0	0
Baixas	0	(122.075)
Saldo final	**1.936.565**	**1.074.294**

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estritamente fiscais e foram constituídas por um montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber dos clientes.

8 Estoques

	2025	2024
Peças para manutenção	1.298.825	1.579.124
Pneus	130.230	15.815
Combustíveis	69.014	121.515
	1.498.070	**1.716.454**

As peças para manutenção mantidas em estoque são justamente para atender de maneira tempestiva a demanda por reparos e manutenções nos veículos da frota própria. Na medida que alguns modelos de caminhões/carretas são vendidos e não se tem mais estes modelos na frota própria da empresa, então é realizado pelo almoxarifado um levantamento das suas respectivas peças para posteriormente ser possível a sua venda.

9 Impostos a recuperar

	2025	2024
ICMS a recuperar/compensar	3.460.866	164.308
PIS e COFINS a recuperar/compensar	8.725.838	10.354.037
IRPJ e CSLL a recuperar/compensar	820.288	638.771
Outros impostos a recuperar/compensar	15.470	15.470
IOF s/ seguros a recuperar	28.807	41.052
	13.051.270	**11.213.637**
Circulante	13.051.270	11.213.637
Não circulante	0	0
	13.051.270	11.213.637

O montante envolvido de PIS e COFINS a recuperar/compensar, estão relacionados aos créditos apropriados, mas não utilizados nas apurações mensais, conforme regime não cumulativo instituído pelas leis nos 10.637/02 e 10.833/03. A Empresa realiza prestação de serviço de transporte em operações de exportação, estando essas operações sujeitas à suspensão de PIS/COFINS, havendo previsão legal para a manutenção dos créditos relativos às aquisições de serviços e insumos.

No exercício de 2025, a Companhia reconheceu créditos tributários decorrentes de decisão judicial transitada em julgado referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Os créditos foram devidamente habilitados junto à Receita Federal do Brasil para fins de compensação tributária, contribuindo para o aumento do saldo de ICMS a recuperar registrado no ativo da Companhia.
A empresa também realizou prestação de serviço de transporte à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), sofrendo assim retenções de tributos federais, conforme Lei 9.430/96.

O montante envolvido de IRPJ e CSLL a recuperar/compensar, estão relacionados aos créditos apropriados, mas não utilizados, originados de prestação de serviço de transporte à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), sofrendo assim retenções de tributos federais, conforme Lei 9.430/96.

10 Outros Ativos Circulantes

	2025	2024
Depósito Judicial	2.470.981	922.183
Pagamentos Indevidos	277.708	492.229
Adiantamentos a Funcionários	164.160	583.961
Adiantamentos a Fornecedores	953.176	240.026
Despesas Antecipadas	389.723	550.943
Valores a Receber	906.473	8.333.409
Seguros a Receber	720.761	1.092.332
Antecipação de Lucros	735.093	291.063
Total	**6.618.074**	**12.506.146**

Valores a Receber	**2025**	**2024**
Desmembramento:		
Venda Imobilizado (Caminhão/Carreta)	906.473	8.333.409
	906.473	**8.333.409**

A Empresa, no curso normal de suas operações, realiza a alienação de veículos pertencentes à sua frota, os quais estavam classificados no ativo imobilizado. Estas vendas ocorrem periodicamente, à medida que a Empresa renova sua frota ou em virtude de necessidades estratégicas e operacionais.

Conforme as práticas contábeis adotadas pela Empresa, e em consonância com o Pronunciamento Contábil CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, as receitas provenientes da venda de veículos da frota não são classificadas como receita principal da

entidade. Em virtude disso, tais valores são registrados como “Outras Receitas” na demonstração do resultado do exercício.

A receita de venda de veículos é reconhecida no momento da transferência do bem ao comprador, quando os riscos e benefícios inerentes à propriedade são transferidos, sendo, nesta mesma data, reconhecida uma conta a receber correspondente ao valor pactuado na transação. Eventuais despesas de venda e custos associados ao veículo alienado são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a transação.

11 Imobilizado e Intangível

			Líquido	
	Custo	**Depreciação e Amortização Acumulada**	**2025**	**2024**
Imobilizado				
Veículos	263.779.975	(36.491.498)	227.288.477	289.902.044
Máquinas e Equipamentos	1.738.124	(1.030.455)	707.669	768.413
Móveis e Utensílios	613.510	(424.221)	189.289	159.358
Equipamentos de Informática	1.724.818	(993.305)	731.514	445.285
Consorcios não Comtemplados	6.040.717	0	6.040.717	38.674.818
Imobilizado em Andamento	1.495.710	0	1.495.710	0
Arrendamento Mercantil Oper.	5.301.162	(5.270.196)	30.966	30.966
Subtotal	**280.694.016**	**(44.209.674)**	**236.484.342**	**329.980.884**
Intangivel				
Softwares	1.756.980	(1.728.249)	28.731	122.265
Subtotal	**1.756.980**	**(1.728.249)**	**28.731**	**122.265**
Total	**282.450.996**	**(45.937.923)**	**236.513.073**	**330.103.149**

A Empresa mantém em seus ativos os registros de consórcios não contemplado.

A Empresa acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

	2025	**2024**
Veículos	14,29%	14,29%
Máquinas e Equipamentos	10,00%	10,00%
Móveis e Utensílios	10,00%	10,00%
Equipamentos de Informática	20,00%	20,00%
Softwares	20,00%	20,00%

Movimentação do ativo imobilizado:

	31.12.2024	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2025
Imobilizado					
Veículos	289.902.045	11.295.949	(65.022.848)	(8.886.668)	227.288.478
Máquinas e Equipamentos	768.413	106.738	0	(167.482)	707.669
Móveis e Utensílios	159.358	65.205	0	(35.274)	189.289
Equipamentos de Informática	445.285	142.549	0	143.679	731.514
Outros	38.674.818	10.225.812	(41.364.204)	0	7.536.426
Arrendamento Mercantil Op.	30.966	0	0	0	30.966
Subtotal	**329.980.885**	**21.836.254**	**(106.387.052)**	**(8.945.745)**	**236.484.342**
Intangivel					
Softwares	122.265	0	0	(93.533)	28.731
Subtotal	**122.265**	**0**	**0**	**(93.533)**	**28.731**
Total	**330.103.149**	**21.836.254**	**(106.387.052)**	**(9.039.278)**	**236.513.073**

A Empresa tem como prática manter a sua frota de veículos pesados em no máximo de 4 ou 6 anos de idade, consequentemente após esse período, a empresa realiza a alienação dos veículos pertencentes a frota própria.

12 Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores de materiais e peças nacionais	4.830.938	4.120.274
Fornecedores de serviços nacionais	8.872.323	7.826.671
	13.703.261	**11.946.945**

Fornecedores de materiais e peças nacionais, a natureza dessa operação consiste basicamente na aquisição de insumos (peças, pneus, combustível, material de uso e consumo) necessários para a operação da Empresa.
Fornecedores de serviços nacionais, por sua vez tem sua natureza baseada em aquisição de serviços de subcontratação frete, operação comum para empresas de transporte onde ocorre a contratação de outra empresa para realizar o transporte de uma carga, uma operação estratégica para atuação no mercado com competividade e agilidade, sem a utilização de frota própria e demais prestadores de serviço, de natureza administrativa e operacional.

13 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	2025	2024
Salários e encargos sociais	4.285.000	4.224.370
Provisão para férias e encargos sociais	2.176.437	2.318.529
IRRF a recolher	84.332	74.596
ICMS a recolher	1.864.259	1.762.309
Outros impostos a recolher	157.992	185.267
	8.568.019	**8.565.071**

As obrigações trabalhistas referem-se a salários, benefícios e demais remunerações são calculados de acordo com a legislação trabalhista vigente, garantindo o cumprimento de todas as obrigações junto aos órgãos responsáveis, como o recolhimento de INSS e FGTS, as obrigações tributárias são os tributos incidentes sobre suas operações, tais como ICMS, IPI e PIS/COFINS, são apurados e recolhidos de acordo com as normas tributárias estabelecidas.

14 Empréstimos e financiamentos

A Companhia mantém operações junto a instituições financeiras de primeira linha atuantes no mercado nacional, dentre as quais destacam-se Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Banco Volvo do Brasil, Banco Safra, Banco ABC Brasil, Banco Daycoval, Banco Santander, Banco Sofisa, Banco BV e C6 Bank. As operações de FINAME possuem remuneração indexada à Taxa SELIC ou taxas prefixadas que variam entre 1,13% e 1,40% ao ano. Para as operações de capital de giro, CDC e demais empréstimos, as taxas contratadas variam entre 0,34% e 2,17% ao mês, com taxa média aproximada de 1,05% ao mês.

Em moeda nacional		
FINAME	16.823.270	25.895.151
Capital de giro/Empréstimo	109.681.410	116.819.698
Credito Direto ao Consumidor (CDC)	1.802.667	6.804.218
Consórcios Contemplados	53.290.628	103.374.471
	181.597.975	**252.893.538**
Desmembramento:		
Passivo circulante	64.962.922	92.140.381
Passivo não circulante	116.635.053	160.753.157
	181.597.975	**252.893.538**

Modalidade FINAME	2025	2024
Desmembramento:		
RODOBENS	0	810.972
BANCO VOLVO	16.242.889	24.086.807
ITAU UNIBANCO	580.381	997.372
	16.823.270	**25.895.151**

14.1 Operações de créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants")

Em 31 de dezembro de 2025 a Empresa não tinha nenhum contrato com modalidade de "*Covenants*" que possam ter sua exigibilidade imediata.

15 Partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

Circulante	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	2025	2024
Pessoas Ligadas					
Glorivan P. França	R$	Indeterminado	1,13% a.m.	0	0
Glorivan P. Filho	R$	Indeterminado	1,13% a.m.	338.987	939.587
Antônio R. de Faria	R$	Indeterminado	1,13% a.m.	0	0
Subtotal				**338.987**	**939.587**
Total	R$	Indeterminado	1,13% a.m.	**338.987**	**939.587**

15.1 Remuneração do pessoal-chave

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pelos diretores presidente e superintendente. Os diretores no exercício de 2025 e 2024 não teve remuneração sob a forma de pró-labore.

Há benefício concedido de uso de veículos aos diretores e membros do Conselho de Administração. No exercício de 2025 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

16 Outros Passivos Circulantes/Não Circulantes

Circulante	**2025**	**2024**
Adiantamento de Clientes	3.162.514	8.719.526
Seguros	714.365	931.359
Recebimentos Indevidos	951.719	977.667
Cheques Devolvidos	686.250	40.170
Outras Contas	4.221.712	3.354.535
Total	**9.736.559**	**14.023.258**

Outras Contas	**2025**	**2024**
Desmembramento:		
Convenio Cartão Volus	367.435	229.290
Plano (Saude/Odont.), Reembolso Mot.	21.226	158.777
Seguro Sinistro	3.260.823	2.938.463
Contas a Pagar	451.571	0
Brasilcard Folha	24.896	7.431
Volus Consignado Folha	0	20.574
Consignado Governo Folha	95.760	0
	4.221.712	**3.354.535**

No curso de suas operações a empresa registra em suas demonstrações contábeis outros passivos circulantes, tais como, adiantamento de cliente, valor esse apresentado pelo montante recebido na venda de veículos de forma adiantada, seguros que protege o transporte, recebimentos realizados de forma indevidas e/ou não reconhecidas, cheques devolvidos e outras contas representadas no desmembramento.

17 Provisão para riscos processuais

A Empresa é parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão assim representadas:

	2025	2024
Trabalhistas	12.096.543	6.725.734
Cíveis	2.292.089	3.285.750
	14.388.632	**10.011.484**

A movimentação da provisão no exercício de 2025 está demonstrada a seguir:

	2024	Adições	Reversões	Atualização	2025
Trabalhistas	6.725.734	4.241.148	0	0	10.966.882
Cíveis	3.285.750	136.000	0	0	3.421.750
Total	**10.011.484**	**4.377.148**	**0**	**0**	**14.388.632**

(a) Natureza das contingências

A Empresa é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2025 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima R$ 881.401,30 (Oitocentos e oitenta e um mil, quatrocentos e um reais e trinta centavos), decorrentes de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Empresa aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

(c) Tributos diferidos sobre contingências

A Administração avaliou a possibilidade de reconhecimento de ativos fiscais diferidos decorrentes das provisões para contingências trabalhistas e cíveis registradas pela Companhia, conforme previsto no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.
Entretanto, considerando o histórico recente de resultados da Companhia e a ausência de evidências objetivas suficientes que suportem a geração de lucros tributáveis futuros em montante adequado para absorção desses créditos, a Administração concluiu que não estão atendidos os critérios de probabilidade exigidos pela norma para reconhecimento dos referidos ativos fiscais diferidos.
Dessa forma, não foram reconhecidos ativos fiscais diferidos sobre as provisões para contingências registradas em 31 de dezembro de 2025.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve alteração no capital social, sua composição é de R$ 40.293.872,22, permanecendo o mesmo montante de 2024.

A empresa fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, o qual fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

(b) Reservas de lucros

Reserva de incentivos fiscais

A Reserva de incentivos fiscais foi constituída em conformidade com o artigo 195-A da Lei no 6404/76, decorrente de benefícios fiscais concedidos pelos Estados onde atua, caracterizados como Subvenção para Investimento, fundamentado na Lei Complementar no 160/2017. Em 2021, a companhia começou a utilizar benefícios fiscais referentes ao ICMS, os quais são classificados como subvenções para investimentos, conforme previsto na Lei. Os incentivos fiscais obtidos foram o crédito presumido do ICMS (base nacional) e a Isenção de ICMS nas prestações internas (Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Tocantins) de serviço de transportes rodoviário de cargas.

	2025	2024
Reserva de Lucros	18.124.226	18.124.226
Reserva de Subvenções Fiscais	79.375.595	79.375.595
	97.499.821	**97.499.821**

(c) Prejuízo Acumulado e Resultado do Exercício

	2025	2024
Prejuízo Acumulado	12.161.051	-
Resultado do Período	26.020.473	12.161.991
Ajuste de Exercícios Anteriores	8.178.037	-
	46.359.561	**12.161.991**

19 Receita líquida - Verificar

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida de venda dos serviços prestados é como segue:

	2025	2024
Receita Bruta de Vendas		
Venda de serviços - Mercado interno	943.968.875	790.216.977
	943.968.875	**790.216.977**
Deduções de vendas		
Anulações e descontos	(17.654.858)	(15.979.041)
Impostos sobre vendas	(75.840.485)	(72.923.769)
Subvencao fiscal **(i)**	0	5.259.358
	(93.495.343)	(83.643.452)
Receita líquida	**850.473.532**	**706.573.524**

A companhia embarcou 4.706.517 (quatro milhões, setecentas e seis mil, quinhentas e dezessete) toneladas no ano de 2025, obtendo uma receita líquida de R$ 850.473.532,00 (oitocentos e cinquenta milhões, quatrocentos e setenta e três mil, quinhentos e trinta e dois reais), com ticket médio de R$ 180,70 por tonelada.

(i) A subvenção para investimento que compõe a reserva de incentivos fiscais, trata-se de benefício fiscal de ICMS de isenção e "redução de alíquota". O efeito no resultado de tais benefícios está ligado à apuração do ICMS e não depende do fato de serem considerados subvenção para investimento, ou seja, reconhecer o benefício fiscal de isenção e redução da base de cálculo do ICMS como subvenção para investimento não altera o resultado da Companhia.

20 Custos dos serviços prestados

	2025	2024
Combustíveis e lubrificantes	(73.134.587)	(57.147.844)
Custo fretes terceiros	(609.709.345)	(511.501.978)
Manutenção de veículos	(20.021.570)	(16.859.804)
Monitoramento de veículos	(1.524.474)	(1.564.382)
Outros custos indireto variáveis	(9.853.359)	(10.034.033)
Pedágio	(4.383.822)	(4.237.203)
Seguro de cargas	(2.884.827)	(3.442.806)
Seguro/Licenciamento de veículos	(3.062.663)	(4.068.931)
Viagens estadias	(3.788.734)	(3.415.283)
Custos com Pessoal	(33.466.254)	(29.583.622)
	(761.829.636)	**(641.855.886)**

A empresa registra em custos dos serviços prestados, valores destinados aos gastos para a entrega do serviço, para manter o negócio e obter ganhos na operação, sendo considerados os montantes com combustíveis e lubrificantes, frete de terceiros, manutenção de veículos, monitoramento de veículos, pedágio, seguro de carga, seguro e licenciamento de veículos,

viagens estadias, custos com pessoal e outros cursos indiretos.

21 Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Despesas com Pessoal	(25.294.017)	(21.988.351)
Despesas com Aluguéis	(1.988.714)	(1.901.881)
Despesas com Energia Elétrica	(313.710)	(327.320)
Despesas com Telefonia e Comunicação	(251.857)	(271.914)
Despesas com Serviços Prestados	(14.182.738)	(11.303.331)
Despesas Gerais	(13.948.322)	(14.482.524)
	(55.979.358)	**(50.275.320)**

Compreendem as despesas gerais e administrativas, necessárias à manutenção da atividade da empresa, mensurada e registrada pela entidade, são consideradas os valores de despesas com pessoal, aluguéis, energia elétrica, telefonia e comunicação, serviços prestados e gerais.

22 Despesas com vendas

A companhia tem parceria com agentes espalhados em todo território nacional. Essas agências representam a Transportadora Brasil Central em suas operações logística e comercial. A linha abaixo representa as despesas com agenciamento destes parceiros.

	2025	2024
Despesas com Comissões	(13.175.061)	(17.047.532)
	(13.175.061)	**(17.047.532)**

23 Despesas com depreciação

	2025	2024
Despesas com Depreciação	20.695.369	19.984.221
(-) PIS/COFINS s/ Depreciação	(5.405.635)	(5.504.167)
	15.289.734	**14.480.054**

24 Outras Despesas/Receitas Operacionais

	2025	2024
Venda de Ativo Imobilizado	54.732.691	75.443.791
Custo do Ativo Imobilizado	(50.956.253)	(65.707.334)
Documento/Faturamento Incorreto	0	0
Outras Despesas	(8.689.122)	(4.398.816)
Outras Receitas	8.404.420	19.331.932
	3.491.736	**24.669.572**

Outras Receitas	2025	2024
Desmembramento:		
Venda de Sucata (Peça/Pneu)	62.412	31.391
Reversao Prov./Recup.Credito PECLD	0	0
Outras Receitas	2.099.760	5.308.589
Credito Tributario	6.078.705	4.142.016
Recuperação de Crédito	0	7.846.958
Reembolso Pauta Mínima	0	8.593
Receita de Estadia	160.347	0
Receita de Sinistros	3.195	1.994.385
	8.404.420	**19.331.932**

O total de R$ 8.404.420 (Oito milhões, quatrocentos e quatro mil e quatrocentos e vinte) representa os valores de venda de ativo imobilizado, reduzindo o custo do ativo imobilizado e valores registrados em outras despesas e receitas, valores que a empresa obtém que não estão diretamente relacionados à sua atividade principal.

25 Receitas e despesas financeiras

	2.504.133	**6.896.413**
Despesas financeiras	**2025**	**2024**
Juros passivos	(22.446.651)	(15.939.907)
Despesas bancárias	(491.664)	(256.645)
Outras depesas financeiras	(13.308.269)	(10.447.291)
	(36.246.584)	**(26.643.842)**

As receitas financeiras representam os juros ativos, ou seja, valores recebidos mediante correção do valor principal a receber fora do prazo estabelecido na negociação, rendimento de aplicação financeira realizadas nas companhias bancárias que a empresa mantém relacionamento e outras receitas financeiras, já as despesas financeiras são representadas pelos juros incorridos em transações bancárias e obrigações, despesas bancárias cobrados pelas instituições bancárias e outras despesas financeiras.

26 Imposto de renda e contribuição social.

a) Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na Empresa. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante. Os valores são demonstrados a seguir:

Diferença Temporária	2025	2024
Custo Atribuído	623.052	623.537
Tributo diferido passivo	623.052	623.537

b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(26.020.957)	(12.163.125)
Adições - Depreciação Societária	20.693.943	19.980.886
Adições - Depreciação Deemed Cost	1.426	3.335
Outras adições	10.136.218	13.686.688
Exclusões - Variação Monetárias Ativas	(1.544.183)	(2.223.264)
Exclusões - Depreciação Fiscal	(58.439.454)	(59.585.428)
Exclusões - Reversão de provisão	0	0
Exclusões - Subvenção Fiscal **(i)**	0	0
Lucro (prejuizo) Real antes compensação	**(55.173.007)**	**(40.300.908)**

27 Seguros

A Empresa adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2025, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer dano material e roubo p/ cargas transportadas	4.000.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos pesado da frota	2.200.000
Responsabilidade civil	Riscos ambientais transporte rodoviario de cargas	1.100.000
		7.300.000

28 Arrendamento

A Companhia possui registros remanescentes de operações de arrendamento mercantil financeiro contratadas em exercícios anteriores para aquisição de veículos destinados às suas atividades operacionais.
Os bens objeto desses contratos encontram-se registrados no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025, o saldo líquido contábil dos ativos classificados como "Veículos Arrendamento Mercantil" totalizava R$ 30.966,03.
Os contratos relacionados a esses ativos encontram-se substancialmente liquidados, não existindo obrigações relevantes de arrendamento a divulgar na data-base das demonstrações contábeis

29 Eventos Subsequentes

Após 31 de dezembro de 2025 e até a data de aprovação destas demonstrações contábeis, a Companhia promoveu ajustes operacionais em determinadas rotas e unidades de apoio, incluindo o encerramento das operações de transporte relacionadas aos embarques de Bom Jesus e Mineiros, no Estado de Goiás, e São Luís, no Estado do Maranhão, em razão da baixa rentabilidade dessas operações.

Adicionalmente, a Companhia devolveu o imóvel locado utilizado como garagem e ponto de apoio no município de Itumbiara (GO), como parte das medidas de otimização de sua estrutura operacional.

No âmbito do seu processo contínuo de renovação e modernização da frota, a Administração aprovou a alienação planejada de aproximadamente 100 veículos, operação que deverá ocorrer de forma gradual ao longo do exercício de 2026, observadas as condições de mercado e as necessidades operacionais da Companhia.

A Administração avaliou os eventos ocorridos após a data-base e concluiu que não houve fatos que demandassem ajustes nos saldos das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, sendo os eventos acima classificados apenas como eventos subsequentes de divulgação.

Rio Verde, Goiás, 18 de junho de 2026.

LOURIVAN PARREIRA FRANCA:31170072100

Assinado de forma digital por LOURIVAN PARREIRA FRANCA:31170072100
Dados: 2026.06.19 08:50:23 -03'00'

LOURIVAN PARREIRA FRANÇA

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores
CPF: 311.700.721-00
CRA: 10658/GO

INES SAMARA LEITE DE OLIVEIRA:03163064108

Assinado de forma digital por INES SAMARA LEITE DE OLIVEIRA:03163064108
Dados: 2026.06.19 08:05:45 -03'00'

INES SAMARA LEITE DE OLIVEIRA
CPF:031.630.641-08
CRC/GO:027538/O-1